



Vaga de Ellen Gracie no STF pode ser preenchida por ministra do TST

A vaga deixada pela ministra Ellen Gracie no Supremo Tribunal Federal pode ser ocupada por um magistrado da Justiça do Trabalho. Na verdade, uma magistrada. Há duas delas no páreo: Rosa Maria Weber e Maria Cristina Peduzzi, ambas do Tribunal Superior do Trabalho.

Para Rosa Maria, a campanha começou de forma contundente. Um grupo de advogados, capitaneado por Luiz Salvador, o presidente da Associação Latinoamericana de Advogados Trabalhistas (Alal), publicou na sexta-feira (26/8) um manifesto em apoio à ministra.

O texto afirma que a magistrada se dedica à Justiça do Trabalho “interpretando e aplicando nosso ordenamento jurídico de forma protetiva ao hipossuficiente, como fonte de inclusão social e de valorização dos princípios fundamentais do trabalho e da dignidade da pessoa humana”. De acordo com o manifesto, Rosa Maria “supera de longe os necessários requisitos legais do notável saber jurídico e da reputação ilibada”. A campanha já até ganhou a adesão do ministro Lelio Bentes, também ministro do TST.

O nome da ministra Maria Cristina Peduzzi figura entre as possibilidades de substituir Ellen Gracie desde que sua aposentadoria foi oficializada. Os opositores à sua subida ao STF alegam que ela não pode ocupar uma cadeira por não ser brasileira nata — ela nasceu no Uruguai. No entanto, aos 18 anos, Maria Cristina abdicou da nacionalidade uruguaia para se tornar brasileira, o que a coloca em plenas condições de disputar a vaga.

Já há no Supremo quem apoie a chegada de um juiz trabalhista à Corte. O único representante da classe é o ministro Marco Aurélio, oriundo do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro. Segundo um dos ministros, “está na hora de voltar a considerar a Justiça do Trabalho para a vaga”.

Leia abaixo o manifesto de apoio à ministra Rosa Maria Weber:

MANIFESTO DE APOIO À NOMEAÇÃO DA MINISTRA ROSA MARIA PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O momento da nomeação de um ministro do Supremo Tribunal Federal não pode ser encarado apenas como a indicação para mais um cargo público, por mais importante que seja. Há de ser uma oportunidade em que a sociedade afirme seus mais profundos valores democráticos e republicanos, que devem se expressar na biografia do cidadão ou cidadã a quem for confiada a honrosa e fundamental missão da guarda da Constituição.

Neste início de Século XXI, o Brasil pugna por resgatar uma dívida social histórica de 500 anos, mediante a progressiva superação da exclusão de milhões, que não têm acesso aos mais básicos dos direitos inerentes à condição humana, dentre os quais o acesso à uma Justiça ágil, independente e, sobretudo, pedindo perdão pelo apenas aparente pleonasma, justa.



Por isto, submetemos à Exma. Presidente da República e ao Senado Federal o nome da Ministra do Tribunal Superior do Trabalho Rosa Maria Weber Candiota da Rosa para integrar a mais alta Corte da nação. Magistrada de carreira, esta gaúcha há 35 anos se dedica ao Direito e à Justiça do Trabalho, interpretando e aplicando nosso ordenamento jurídico de forma protetiva ao hipossuficiente, como fonte de inclusão social e de valorização dos princípios fundamentais do trabalho e da dignidade da pessoa humana.

A Ministra Rosa Maria, portanto, em sua trajetória pessoal e profissional, supera de longe aos necessários requisitos legais do notável saber jurídico e da reputação ilibada. Sua carreira consagra plenamente os valores que a nação quer ver em sua Corte Suprema.

Porto Alegre, 26 de agosto de 2011

Assinam este Manifesto, que está aberto a adesões:

Luiz Salvador-Presidente da ALAL-Associação Latinoamericana de Advogados Trabalhistas

Roberto Figueiredo Caldas

Antonio Escosteguy Castro

Marthius Sávio Cavalcanti Lobato

Jorge Santos Buchabqui

Lauro Magnago

Maria Cristina Carrion Vidal de Oliveira

Vitor Hugo Loretto Saydelles

Pedro Luiz Corrêa Osório

Celso Hagemann

Jerson Zanchetin

Renato Kliemann Paese

Magda Barros Biavaschi

Date Created

27/08/2011